



TRT DA 10ª REGIÃO

SAS Quadra 1, Bloco D - Bairro Setor de Autarquias Sul - CEP 70097900 - Brasília - DF - www.trt10.jus.br
Praça dos Tribunais Superiores

ATA

Aos vinte e oito dias do mês de novembro de dois mil e dezesseis, na sala de Sessões Desembargador Herácito Pena Júnior, reuniram-se, às quatorze horas e dezessete minutos, o Excelentíssimo Desembargador Presidente do Trabalho da 10ª Região, Pedro Luís Vicentin Foltran; a Excelentíssima Desembargadora Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, Maria Regina Machado Guimarães; o Excelentíssimo Desembargador do Trabalho, Mário Macedo Fernandes Caron; a Secretária-Geral da Presidência, Marysol Bertolin Damasceno; o Secretário-Geral Judiciário, sr. Marco Aurélio Willman Saar de Carvalho; o Diretor-Geral, sr. Rafael Alves Bellinello; o representante da Associação dos Servidores da Décima Região, sr. Gilvan Silva Pereira Ramos; a Coordenadora de Gestão Estratégica, sra. Michelle Machado da Silva; a estatística da Coordenadoria de Gestão Estratégica, sra. Natália de Souza Evangelista, e, a convite, o sr. Luiz Alberto dos Santos Carvalho, Chefe de Seção da Secretaria Executiva da Escola Judicial. Ausências justificadas, a Excelentíssima Desembargadora do Trabalho, sra. Márcia Mazoni Cúrcio Ribeiro, o Excelentíssimo Desembargador do Trabalho, dr. Grijalbo Fernandes Coutinho e a Excelentíssima Juíza do Trabalho, dra. Mônica Ramos Emery, que se encontram em gozo de férias e o sr. Almerindo Pereira de Souza, por motivo de participação em reunião da Associação dos Servidores da Décima Região. A 19ª Reunião de Análise da Estratégia foi iniciada pelo Desembargador Presidente que cumprimentou a mesa e agradeceu a audiência. Saudou, especialmente, a participação remota dos Foros Trabalhista de Brasília, Taguatinga, Palmas e Araguaína, das Varas do Trabalho do Gama e do Guará, Gurupi e Dianópolis. Ato contínuo, passou a palavra para a Coordenadora de Gestão Estratégica, Michelle Machado da Silva, que cumprimentou a todos e iniciou a apresentação. A coordenadora apresentou a **nova composição do Comitê de Gestão Estratégica (CGE)** que doravante contará com a participação do servidor Gilvan Silva Pereira Ramos como representante da Associação dos Servidores da Décima Região (ASDR) em substituição ao servidor Alexandre Simão Guimarães Portela, conforme Portaria PRE-CDEST nº 03/2016. Compartilhou ainda quanto a **alteração na composição do CGE** conforme deliberado na 18ª RAE. Lembrou que atualmente o Comitê conta com doze membros (vide R.A. nº. 91/2014), e pela proposta o Colegiado passaria a contar com mais dois membros - um representante integrante e indicado pelo Comitê Regional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição da Décima Região e o outro pelo titular da Secretaria de Gestão de Pessoas. O presidente Pedro Foltran esclareceu as razões que levaram à proposta e mencionou que a matéria deve ser apreciada na próxima Sessão Plenária Ordinária. Na sequência, foram apresentados os resultados da pesquisa concluída e posicionamento quanto as demais, incluindo as em andamento. **Pesquisa 'Diagnóstico da Gestão Patrimonial'** – o diagnóstico foi demandado pelo Núcleo de Material e Logística (NULOG) com o objetivo de identificar as dificuldades encontradas pelos Depositários (gestores) em gerir os bens patrimoniais do Tribunal, foi aplicada no período de 15 a 31 de agosto de 2016, para público específico (detentores da carga patrimonial e indicados). No espaço amostral de 249 participantes houve 104 respondentes, representado 42% da população. A Coordenadora ressaltou que a pesquisa teve margem de erro de 8%, que, a despeito de não ser a desejada (5%), não a invalida. Foram destacados os principais resultados e informado que o relatório completo está disponível para consulta no Portal da Gestão Estratégica na página 'Pesquisa'. Finalizando o tema, a Coordenadora registrou que a unidade demandante já está desenvolvendo algumas ações a partir do diagnóstico realizado, conforme esclarecido pela chefe de seção Sandra Suely de Jesus Bastos. Nesse ínterim, o Presidente Pedro

Foltran destacou a presença do juiz Alexandre Azevedo da Silva e convidou-o a tomar assento na mesa. Após, destacou que o controle patrimonial melhorou muito, mas que ainda há problemas a serem sanados, principalmente na área de TIC. Sem mais comentários, passou-se à análise da '**Pesquisa de Satisfação com a Comunicação Interna e Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicações**'. A pesquisa em comento foi aplicada no período de 07 a 25/11/2016, contou com 343 respondentes válidos de um espaço amostral de 1.367. Ao todo 358 pessoas iniciaram o questionário, contudo 25 não o concluíram, sendo 10 respondidos em mais de 50%. Desse público respondente (358) 10 são magistrados e os demais servidores. Registrou-se, nessa pesquisa, maior participação da área fim. Dr. Pedro lamentou o fato de apenas 10 magistrados terem participado da pesquisa face a importância dos temas investigados. Na sequência foi projetada a série histórica da pesquisa. Sem mais comentários, passou à apresentação da '**Pesquisa de Satisfação do Usuário Externo 2016**' cuja aplicação está em andamento. A Coordenadora Michelle Machado destacou que a pesquisa estava sendo aplicada apenas via *web* e o número de respondentes mantinha-se baixo, após sugestão do Desembargador Mário Caron, por oportunidade da 19ª reunião do CGE – Parte 3, para que houvesse parceria com as Varas do Trabalho para aplicação da pesquisa nas suas dependências, o aumento no número de respondentes aumentou consideravelmente. Registrou-se que a pesquisa em análise fornecerá três indicadores: Indicador Estratégico 1 - 'Índice de Satisfação Social', Indicador Gerencial 15 – 'Índice de Satisfação do Público Externo com as Instalações Físicas' e Indicador Gerencial '16 – 'Índice de Percepção Interna e Externa com a Segurança'. Foi ressaltada a alteração do instrumento em função da alteração para o formato eletrônico. Neste momento, o Desembargador Mário Caron destacou a importância dos indicadores aferidos pela pesquisa em questão no âmbito da 10ª Região e foi por parte do Diretor do Foro Trabalhista de Brasília, juiz Luiz Fausto Marinho de Medeiros o compromisso de apoio à aplicação da Pesquisa no Foro Trabalhista de Brasília. Sem mais comentários, passou-se a tratar da '**Pesquisa de Clima Organizacional**' que, conforme deliberado na 18ª RAE, teve encaminhamento de ser substituída pela '**Pesquisa de Qualidade de Vida no Trabalho**' (QVT). Foi compartilhado o andamento de tratativas junto à Universidade de Brasília (UnB) quanto a permissão para uso da Pesquisa de QVT no TRT. A pesquisa em comento alimenta os seguintes indicadores: Gerencial 13 – 'Índice de Clima Organizacional'; Gerencial 19 – 'Índice de Qualidade de Vida no Trabalho'; Gerencial 14 – 'Índice de Satisfação do Público Interno com as Instalações Físicas' e Gerencial 16 – 'Índice de Percepção Interna e Externa com a Segurança'. Nesse momento, o Juiz Alexandre de Azevedo Silva pediu a palavra e registrou que a 'Pesquisa de Satisfação com a Comunicação Interna e Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicações' estava muito longa e que isso deve ser revisto. Quanto a Pesquisa de Satisfação do Usuário Externo, diante de 79 formulários não terem sido concluídos o magistrado alertou indicativo de que os respondentes podem não terem sido suficientemente sensibilizados. O servidor Cleuton Lopes Monteiro, Chefe do Escritório de Projetos da CDEST pediu a palavra e sugeriu que a aplicação da Pesquisa de Satisfação com a Comunicação Interna e os Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicações fosse fragmentada sendo disponibilizado o acesso a uma pergunta por dia. O Coordenadora de Tecnologia, Edson Mateus de Sousa, destacou que a solução apresentada pelo servidor Cleuton Monteiro é complexa tanto na execução quanto no acompanhamento. Relatou que a intenção da área de tecnologia quando da elaboração do questionário foi abarcar o máximo de serviços oferecidos pela área. Sugeriu que o conteúdo da pesquisa fosse condensado em um único formulário e melhorada a sua apresentação. Registrou, por fim, a intenção da área de TIC de a partir dos resultados em sanar os problemas identificados. A Secretária-Geral da Presidência, Marysol Bertolin Damasceno, comentou acerca da dificuldade de adesão às Pesquisas e destacou três pontos: a necessidade de maciez nas perguntas, a responsabilidade dos gestores em incentivar a participação de suas equipes e a devolutiva por parte da Administração. Sem mais comentários, passou-se à análise dos **Projetos Estratégicos**. A Coordenadora de Gestão Estratégica, Michelle Machado, informou que o projeto '**Banco de Boas Práticas de Execução**' foi concluído com a elaboração do repositório eletrônico e do ambiente colaborativo, assim como da instituição da Comissão de Boas Práticas de Execução, via Portaria da Presidência nº 117/2016, de 18/11/2016. A palavra foi passada ao servidor Luiz Alberto dos Santos

Carvalho, Chefe de Seção da Secretaria Executiva da Escola Judicial e membro da equipe do projeto que, em virtude de férias do Gestor do Projeto, juiz Raul Gualberto Kasper, apresentou as funcionalidade do ambiente colaborativo virtual. Neste íterim, o Presidente Pedro Foltran tomou a palavra para receber e cumprimentar a Excelentíssima Desembargadora Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, Maria Regina Machado Guimarães, e o Secretário-Geral Judiciário, Marco Aurélio Willman Saar de Carvalho que, às 15h07, tomaram assento à mesa. Após, a Coordenadora Michelle Machado apresentou a composição da Comissão de Boas Práticas de Execução. Sem comentários, passou a palavra para o Chefe da Seção de Segurança e gestor do Projeto **'Segurança 10'**, Gustavo Batista Nogueira Moura. O gestor explicou acerca das reformulações do plano do projeto que visam a promoção da segurança preventiva e destacou duas vertentes de ação: capacitação dos agentes de segurança e apoio às atividades jurisdicionais, especificamente aos Oficiais de Justiça Avaliadores no cumprimento dos Mandados Judiciais. O gestor destacou que essa ação não substitui o apoio realizado pela Polícia Militar, quando demandada. O Desembargador Mário parabenizou o gestor do projeto pela iniciativa e proatividade. Sem mais comentários, passou-se à apresentação do Projeto **'Política de Comunicação do TRT10'**, cuja Minuta da Política consta da pauta da 11ª Sessão Plenária Ordinária agendada para o dia 29 de novembro de 2016. Na sequência foi tratado o Projeto **'Gestão por Competências'**. A Coordenadora Michelle Machado compartilhou que, conforme deliberação exarada por ocasião da 18ª RAE, foi efetivada a contratação de consultoria externa e o projeto segue dentro do previsto. Na sequência o Diretor-Geral Rafael Alves Bellinello, gestor dos Projetos **'iGovGeral'** e **'Instalações 10'** apresentou as alterações propostas no escopo do Projeto iGovGeral. Registrou a complexidade do relatório de Governança do Tribunal de Contas da União (TCU) e comentou avanço do projeto estratégico nas suas três frentes: Projeto **'Orçamento Sustentável'** por meio da instituição dos comitês orçamentários de 1ª e 2º Graus; o Projeto **'Gestão de Riscos'** por meio da instituição do Comitê Gestão de Riscos e a frente vinculada ao **'Código de Ética'** juntamente ao andamento da instituição do Comitê Estratégico de Gestão de Pessoas. O gestor destacou que o Projeto 'Orçamento Sustentável' e as ações de Gestão de Riscos e do Código de Ética acarretarão melhora da avaliação do TRT10 no iGovGeral. Sequencialmente o gestor apresentou andamento do Projeto **'Instalações 10'**. Destacou que esse projeto tem como foco as edificações do TRT e isso requer manutenção e investimentos recorrentes. Elencou as ações previstas e realizadas: Restaurante do Edifício Sede – inauguração prevista para Dezembro de 2016; Construção do Foro Trabalhista de Araguaína – em fase de elaboração do termo de encerramento da obra; Projeto Humanizar - promover melhores condições de instalações físicas para as unidades de trabalho do TRT; Lanchonete do Foro Trabalhista de Taguatinga, Projeto de Construção do Foro Trabalhista de Taguatinga – encontra-se em andamento para 2017; Melhorias na Vara do Trabalho do Gama – encontra-se em tratativas a alocação de outro espaço para instalar a Vara do Trabalho do Gama; Construção da Vara do Trabalho de Dianópolis - obra em fase de execução; Impermeabilização do Complexo Sede - executado, em fase de finalização; Auditório da Escola Judicial – obra 100% concluída; Depósito de Sobradinho – registrou limitação orçamentária e a inexistência de projeto de construção pronto. O Presidente agradeceu a apresentação e reforçou que a inauguração do restaurante está prevista para dezembro de 2016. Sem mais comentários, passou-se à apresentação do Projeto **'Descarte Consciente'**. Foi compartilhado que no dia 03 de agosto de 2016 foi assinado o Convênio da Coleta Coletiva Solidária, dessarte, o controle dos resíduos enviados pelo TRT10 para reciclagem já está em andamento. É previsto para o mês de dezembro de 2016 a apresentação do Termo de Encerramento de Projeto (TEP) e a coleta seletiva de resíduos passará ser rotina de trabalho no TRT10. Os desembargadores Mário Caron e Maria Regina Machado parabenizaram a equipe da Seção de Responsabilidade Socioambiental (SERSA) pelo trabalho realizado. Sem outros comentários foi informada a instituição do Encontro dos Comitês Orçamentários de 1º e 2º Graus por meio da Portaria da Presidência nº 65/2016, a capacitação no SIGEO (30/10/2016) e a realização do 1º ECO (02/09/2016). Foi compartilhada a previsão de realização do 2º ECO para dezembro de 2016. Em relação ao Projeto **'TRT Responsável'** houve destaque quanto a alteração da Meta do Indicador Estratégico 7 – 'Índice de Redução de Impacto Ambiental' que passa a ser 'Reduzir 18% o impacto ambiental até 2020. O Projeto **'Criação do Índice**

de Visão Sistêmica' voltou a ter andamento e a apresentação do plano do projeto está prevista para a próxima reunião do Comitê de Gestão Estratégica. Finalizando a apresentação dos projetos houve informe de que, conforme deliberado na 18ª RAE, foi realizado o treinamento SIGEST no Módulo Gestão de Projetos e apresentado na sequência o atual ranking dos projetos estratégicos. Passou-se então à apresentação dos resultados das **Metas Nacionais** estabelecidas pelo Conselho da Nacional da Justiça (CNJ) e pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), destacando-se as possíveis divergências entre apurações do CSJT e do TRT10. **Meta 1** da Justiça do Trabalho – 'IGovPessoas' (**Indicador Estratégico 14** – 'IGovPessoas') – compartilhada informação de classificação na faixa inicial e ausência de devolutiva por parte do TCU referente ao levantamento de 2016. **Meta 2** da Justiça do Trabalho – IEOB – 'Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado' (**Indicador Gerencial 17** – 'Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado') – apuração: 109,47%, sem divergência nas apurações. **Meta 3** da Justiça do Trabalho – 'IGovTIC' (**Indicador Estratégico 18** – 'IGovTIC') – faixa intermediária e ausência de devolutiva por parte do TCU referente ao levantamento de 2016. **Meta 12** da Justiça do Trabalho – 'IGovGeral' (**Indicador Estratégico 12** – 'IGovGeral') – faixa inicial, sem apuração em 2016. **Meta 7** da Justiça do Trabalho – IPA – 'Índice de Processos Antigos' equivalente à Meta Nacional 2 de 2016 - 'Julgar processos mais antigos' (**Indicador Gerencial 1** – 'Índice de Processos Antigos' (IPA)), apuração CSJT: 109,56%, apuração TRT: 112,93%. **Meta 8** da Justiça do Trabalho – IACJ – 'Índice de Ações Coletivas Julgadas no 1º Grau', equivalente à Meta Nacional 6 de 2016 - 'Priorizar o Julgamento das Ações Coletivas no 1º Grau' (**Indicador Gerencial 3** – 'Índice de Ações Coletivas Julgadas' (IACJ)), resultado: 100%, sem divergência nas apurações. **Meta 8** da Justiça do Trabalho – IACJ – 'Índice de Ações Coletivas Julgadas – 2º Grau', Meta Nacional 6 de 2016 - 'Priorizar o Julgamento das Ações Coletivas no 2º Grau' (**Indicador Gerencial 3** – 'Índice de Ações Coletivas Julgadas' (IACJ)), apuração CSJT: 7,5%, apuração TRT: 100%. O Secretário-Geral Judiciário, Marco Aurélio Saar informou que todos os processos de ações coletivas de 2º Grau foram julgados, o problema advém de erro na movimentação processual. A Administração irá propor a correção destas cargas na base e os dados serão corrigidos para 2016. **Meta 9** da Justiça do Trabalho – ICONc – 'Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento', Meta Nacional 3 de 2016 – 'Aumentar os casos solucionados por conciliação' (**Indicador Gerencial 8** – 'Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento' (ICONc)), apuração CSJT: 89,57%, apuração TRT: 89,16%. **Meta 10** da Justiça do Trabalho – ICP – 'Índice de Concentração de Processos dos Maiores Litigantes', Meta Nacional 7 de 2016 – 'Priorizar julgamento dos processos dos maiores litigantes e dos recursos repetitivos' (**Indicador Gerencial 12** – 'Índice e concentração de processos dos maiores litigantes' (ICP)), apuração CSJT: 98,69%, apuração TRT: 103,66%. **Meta 4** da Justiça do Trabalho - TMDP2 - 'Tempo Médio de Duração do Processo - 2ª Instância' (Indicador Gerencial 5 - 'Tempo Médio da Duração do Processo - 2ª Instância' (TMDP2)), apuração CSJT: 104,15%, apuração TRT: 104,55%. **Meta 5** da Justiça do Trabalho - TMDP1c - 'Tempo Médio de Duração do Processo - 1ª Instância - Fase de Conhecimento' (**Indicador Gerencial 6** - 'Tempo Médio da Duração do Processo - Fase de Conhecimento - 1ª Instância' (TMDP1c)), apuração CSJT: 88,97%, apuração TRT: 90,41%. **Meta 6** da Justiça do Trabalho - IPJ - 'Índice de Processos Julgados', Meta Nacional 1 de 2016 – 'Julgar mais processos que os distribuídos' (**Indicador Gerencial 2** - 'Índice de Processos Julgados' (IPJ)), apuração CSJT: 141,54%, apuração TRT: 95,43%. **Meta 11** da Justiça do Trabalho - IE - 'Índice de Execução', Meta Nacional 5 de 2016 – 'Impulsionar processos à execução', apuração CSJT: 98,67%, apuração TRT: 85,13%. A gestora da CDEST informou não haver resultados disponíveis para os indicadores 'iGovPessoas', 'iGovTIC' e 'iGovGeral' em face de serem bienais e/ou não ter havido a(s) respectiva(s) devolutiva(s) por parte do TCU. Na sequência foi projetada a classificação do TRT10 em relação aos demais regionais de médio porte, destacando-se que a classificação foi liberada dia 24 de novembro de 2016, razão pela qual não constou do material distribuído aos membros do CGE. Na sequência foram apresentados os demais **Indicadores Estratégicos e Gerenciais** do TRT10, iniciando pelos indicadores com grau de cumprimento acima de 90%, quais sejam: **Indicador Estratégico 5:** 'Índice de Redução do Número de Execuções Individuais contra Grandes Devedores (IRGD)', **Indicador Estratégico 10:** 'Índice de Cumprimento do Plano de Obras (ICPO)', **Indicador Gerencial 7:** 'Índice de Processos Solucionados –

2ª Instância (IPS2)', **Indicador Gerencial 9:** 'Índice de Tempo de Resposta Interno da Ouvidoria (ITRIO)', **Indicador Gerencial 10:** 'Índice de Tempo de Resposta das Áreas Demandadas pela Ouvidoria (ITRADO)', **Indicador Gerencial 13:** 'Índice de Redução do Material de Consumo (IRMC)', **Indicador Gerencial 20:** 'Índice de Absenteísmo (IA)', **Indicador Gerencial 21:** 'Índice de Prevenção em Saúde (IPS)', Em relação ao Indicador Gerencial 10: 'Índice de Tempo de Resposta das Áreas Demandadas pela Ouvidoria (ITRADO)', a Desembargadora Maria Regina destacou que com a adoção o uso do *Pandion* e do *WhatsApp* como ferramentas de contato com as Unidades demandadas, bem como com a identificação de um servidor como ponto de contato entre a unidade e a Ouvidoria, o tempo de resposta às demandas diminuiu. Em se tratando do Indicador Gerencial 13: 'Índice de Redução do Material de Consumo (IRMC)', o Desembargador Mário Caron registrou que, a despeito do cumprimento da meta, ainda há discrepância no consumo entre as unidades de trabalho do TRT10. O Diretor-Geral, Rafael Bellinello, destacou que esse resultado reflete o trabalho coletivo da instituição. Em seguida foi informado que o Indicador Gerencial 21: 'Índice de Prevenção em Saúde (IPS)' passará por alteração da fórmula e na próxima reunião do CGE serão apresentados os cálculos para as três propostas de fórmula do indicador. Passou-se então à apresentação dos Indicadores Estratégicos e Gerenciais com grau de cumprimento acima de 60% e abaixo de 90%: **Indicador Estratégico 9:** 'Índice de Divulgação na Mídia (IDM)', **Indicador Estratégico 15:** 'Execução no Orçamento de Capacitação (EOC)'. Houve registro de que o Indicador Estratégico 9: 'Índice de Divulgação na Mídia (IDM)' encontra-se em estudo para apresentação de fórmula mais condizente com a Meta. Ademais, os indicadores 'Tempo Médio da Duração do Processo – Fase de Conhecimento – 1ª Instância' e 'Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento' também apresentam grau de cumprimento acima de 60% e abaixo de 90%. Na sequência, foram apresentados os Indicadores com grau de cumprimento abaixo de 60%: **Indicador Estratégico 19:** 'Incremento no Orçamento de TI' e **Indicador Estratégico 3:** 'Índice de Acesso à Justiça Itinerante no Tocantins'. Em relação ao Indicador 19: 'Incremento no Orçamento de TI' destacou-se que o baixo desempenho deve-se em grande parte ao corte orçamentário sofrido em 2016. Destacou-se ainda que a única alteração no Indicador 19 foi a aprovação da linha de base 'com descentralização', conforme deliberado na 19ª Reunião do CGE – 2ª Parte. O Diretor-Geral, Rafael Bellinello, sugeriu revisão e análise em relação à efetividade do Indicador 19 em decorrência da instituição do Comitê Orçamentário de 1ª e 2º Graus. O Indicador 3: 'Índice de Acesso à Justiça Itinerante no Tocantins', teve encaminhamento de alteração da fórmula, a meta continua sem definição a periodicidade permanece mensal. Além destes, a Meta 13 - Índice de Alcance das Metas e o Índice de Ações Coletivas Julgadas no 2º Grau apresentaram desempenho abaixo de 60%. Seguindo, apresentou os Indicadores sem medição devido à periodicidade ser bial: **Indicador Estratégico 12:** 'IGovGeral', **Indicador Estratégico 14:** 'IGovPessoas' e **Indicador Estratégico 18:** 'IGovTIC'. Sra. Michelle informou que, conforme informado pelo TCU, houve alteração no prazo para a devolutiva dos relatórios, anteriormente prevista para o dia 26 de novembro de 2016, passou para: 'IGovPessoas' – Dezembro/2016 ou Janeiro/2017; 'IGovTIC' – Fevereiro de 2017 e 'IGovGeral' – haverá uma aplicação/avaliação integrada em 2017. Indicadores sobrestados: **Indicador Estratégico 16:** 'Índice de Integração e Visão Sistêmica (IIVS)', **Indicador Gerencial 23:** 'Índice de Clima Organizacional (ICO)', **Indicador Gerencial 23:** 'Índice de Qualidade de Vida no Trabalho (IAQVT)' e **Indicador Estratégico 6:** 'Índice de Redução da Desproporção da Força de Trabalho entre Primeiro e Segundo Graus (IRDFT)' - (Resolução CNJ nº. 219/2016). Sem comentários, elencou os Indicadores anuais que serão apurados e analisados no próximo ano: **Indicador Estratégico 1:** 'Índice de Satisfação Social (ISS)', **Indicador Estratégico 2:** 'Índice de Ações de Celeridade e Qualidade', **Indicador Estratégico 4:** 'Índice de Boas Práticas de Execução', **Indicador Estratégico 8:** 'Índice de Satisfação com a Comunicação (ISCOM)', **Indicador Estratégico 13:** 'Índice de Redução de Inscrição de Restos a Pagar Não-processados (IRIRPnp)', **Indicador Estratégico 17:** 'Índice de Satisfação dos Usuários de TI (ISUTI)', **Indicador Gerencial 14:** 'Índice de Satisfação do Público Interno com as Instalações Físicas (ISPIIF)', **Indicador Gerencial 15:** 'Índice de Satisfação do Público Externo com as Instalações Físicas (ISPEI)', **Indicador Gerencial 16:** 'Índice de Percepção Interna e Externa com a Segurança (IPIES)', **Indicador Gerencial 18:** 'Índice de Cancelamento de Restos a Pagar Total (ICRPT)' e **Indicador Gerencial 22:** 'Aumento da

Disponibilização Orçamentária para Capacitação (ADOC)'. Encerrados os Indicadores, Sra. Michelle respondeu ao questionamento feito pela servidora Lílian Maria de Souza, lotada na OUVJU, durante a 18ª RAE, em 28/06/2016: “Em face do quantitativo de processos sobrestados aguardando IUJ, existe um estudo acerca do impacto, em termos percentuais nas metas do PEJT e indicadores relacionado ao tempo de tramitação dos processos?”, o posicionamento em relação ao questionamento foi negativo. A seguir apresentou o desdobramento dos resultados alcançados até o momento nos **Objetivos Estratégicos** com o objetivo de caracterizar a evolução da estratégia. **Objetivo 1** – 'Criar e fomentar políticas e ações para uma prestação jurisdicional célere e de qualidade', ressaltou que apenas o Índice de Acesso à Justiça Itinerante no Tocantins a Meta permanece sem definição. **Objetivo 2** – 'Estimular o surgimento e a adoção de boas práticas para a efetividade da execução', houve melhorias no Índice de Redução do Número de Execuções Individuais contra Grandres Devedores e no Índice de Concentração de Processos dos Maiores Litigantes e houve a implementação do Projeto Boas Práticas de Execução, em decorrência disso o objetivo está evoluindo bem. **Objetivo 3** – 'Equalizar a força de trabalho entre primeiro e segundo graus, proporcionalmente à demanda de processos', o indicador relacionado ao objetivo permanece sobrestado com indicação de eliminação. **Objetivo 4** – 'Consolidar a Responsabilidade Socioambiental na 10ª Região', os indicadores relacionados seguem bem, sem alterações substanciais em relação à 18ª RAE. **Objetivo 5** – 'Melhorar a qualidade do gasto público', sinalizado positivamente em decorrência do cumprimento da Meta do Índice de Execução do Orçamento Disponível e houve a implementação do Projeto Estratégico Orçamento Sustentável. **Objetivo 6** – 'Melhorar a Comunicação Institucional', esse objetivo permanece sem avaliação em decorrência da medição do Índice de Satisfação com a Comunicação ser anual, assim o resultado será apresentado na próxima RAE. **Objetivo 7** – 'Melhorar a qualidade e segurança das instalações', sem avaliação aguardando o resultado das Pesquisas correlatas aos indicadores, no tocante ao Índice de cumprimento de obras, segue bem. **Objetivo 8** – 'Fortalecer os processos de governança', o iGovGeral está caminhando, foi apresentado o Plano do Projeto. **Objetivo 9** – 'Promover a melhoria da gestão de pessoas, da saúde e da qualidade de vida no trabalho', houve correção no Índice de Absenteísmo, o iGovPessoas e o Índice de Qualidade de Vida permanecem sem medição. Em relação ao Índice de Prevenção em Saúde, conforme já mencionado, serão apresentadas três proposta para a medição desse indicador. O Índice de Execução do Orçamento da Capacitação piorou, e o Índice Aumento da Previsão Orçamentária para a Capacitação manteve-se sem alterações. **Objetivo 10** – 'Estimular a integração e a visão sistêmica', o projeto de Criação do Índice de Visão Sistêmica encontra-se em andamento e o Índice de Clima Organizacional aguarda a retomada da Pesquisa de Qualidade de Vida no Trabalho. **Objetivo 11** – 'Aprimorar a infraestrutura e a governança de TIC', nesse objetivo houve queda em decorrência do Índice de Incremento no Orçamento e TI (baixo investimento em 2016). O iGovTIC aguarda devolutiva do TCU em janeiro ou fevereiro de 2017 e o Índice de Satisfação dos Usuários de TIC aguarda o resultado da Pesquisa de Satisfação com a Comunicação Interna e Sistema de Tecnologia da Informação e Comunicação previsto para fevereiro/2017. Sra. Michelle informou que na próxima RAE, prevista para março/2017, serão apresentados os resultados dos Indicadores com medição anual e será possível realizar o balanço 2015/2016. Destacou que o foco de preocupação da Administração situa-se nos seguintes índices 'Tempo Médio da Duração do Processo – Fase de Conhecimento – 1ª Instância', Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento', 'Índice de Execução' e o 'Índice de Acesso à Justiça Itinerante no Tocantins'. Os três primeiros possuem ações em andamento com o objetivo de melhorar os dados e os processos de trabalho. Em relação ao 'Índice de Acesso à Justiça Itinerante no Tocantins', dependendo do que for definido como meta será possível avaliar se o índice está sendo ou não cumprido. Por fim, apresentou a proposta de calendário 2017 para as reuniões ordinárias do CGE (27/03/2017; 28/08/2017 e 04/12/2017) e da RAE (03/04/2017; 04/09/2017 e 11/12/2017) aprovado sem ressalvas. O Desembargador Presidente agradeceu a sra. Michelle pela apresentação, a presença de todos e aos servidores e respectivas unidades de trabalho que apoiaram e possibilitaram a transmissão da reunião para os demais unidades do Distrito Federal e Tocantins. O Desembargador Mário parabenizou a equipe e demais membros da mesa e destacou o papel democrático da RAE sugerindo que para o futuro as reuniões do CGE e RAE sejam fundidas e abertas

ao público para participação. Dr. Pedro destacou o e-mail (rae@trt10.jus.br) e o formulário (Portal da Gestão Estratégica) - ferramentas disponíveis para participação do público em geral. A Desembargadora Maria Regina renovou as escusas pelo atraso justificado e parabenizou a equipe pelo trabalho realizado. O Desembargador Presidente declarou encerrada a reunião às 16h20. Para constar, eu, Beatriz Aparecida Mendonça dos Santos, lavrei a presente Ata, que, depois de lida e aprovada, vai assinada pelo Excelentíssimo Desembargador Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região Pedro Luís Vicentin Foltran e demais participantes.

PEDRO LUÍS VICENTIN FOLTRAN

Desembargador Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região



Documento assinado eletronicamente por **PEDRO LUIS VICENTIN FOLTRAN, Presidente**, em 03/04/2017, às 18:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.trt10.jus.br/validadorsei.htm> informando o código verificador **0567925** e o código CRC **FF3CF5A2**.